

Considerações finais

anos 1980, carroça que perdeu o condutor?

Igor Guedes Ramos

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RAMOS, IG. Considerações finais: anos 1980, carroça que perdeu o condutor?. In: *Genealogia de uma operação historiográfica*: Edward Palmer Thompson, Michel Foucault e os historiadores brasileiros da década de 1980 [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 561-581. ISBN 978-85-7983-701-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: ANOS 1980, CARROÇA QUE PERDEU O CONDUTOR?

*Gente afirmando
Não querendo afirmar nada
Que o cantor cantou errado
E que a censura concordou...*

(Raul Seixas)

É importante agora desenvolver um cômputo geral do que foi apresentado nas muitas páginas anteriores. Retomo as discussões a partir de três questões correlacionadas: a primeira corresponde ao problema das injunções institucionais, *se e como o lugar* influenciou nas formas da *apropriação*?; a segunda questão corresponde ao problema específico da *apropriação* dos pensamentos de Thompson e de Foucault, isso implica saber se existiu alguma regularidade nas formas de *uso* e em seus *efeitos* durante os anos 1980?; a terceira, o que dizer dos diagnósticos já existentes sobre a historiografia brasileira na transição dos anos 1970 para os 1980 e sobre a influência de Thompson e de Foucault nesse processo? Pois esses diagnósticos colocam um problema: Os anos 1980 foram, afinal, um momento de gêneses de uma “crise” ou de uma “renovação” na produção historiográfica brasileira? Nesse sentido, estas considerações finais são ao mesmo tempo uma retomada de pontos significativos do livro e um ensaio sobre os procedimentos atuais da História da Historiografia.

A respeito das condições de *apropriação*, verifiquei a emergência por volta de 1980 de uma “atmosfera utópica” em oposição à “atmosfera sombria” do período mais duro do regime civil-militar. Logo emergiu outra postura ético-política entre os historiadores, com as seguintes características: Nos anos 1960/1970 predominou entre os intelectuais brasileiros a noção de que eram os únicos capazes de escapar das “ideologias” e compreenderem cientificamente a sociedade brasileira, os vícios e virtudes de seus inúmeros agentes; postura que denominei intelectual *vanguardista*. Ao contrário, na década de 1980 começa a predominar a noção de que os intelectuais são apenas mais um agente da sociedade, sua função é compreender os significados das ações e formas de pensar dos outros agentes, resgatá-las, divulgá-las e não julgá-las a partir de um critério universal. Em geral, esses historiadores tomaram partido dos agentes subordinados ou dominados (escravos, operários, miseráveis, mulheres etc.), denominei essa postura intelectual *militante de base*. Esta última foi alimentada teoricamente pela noção de “intelectual específico” de Foucault e pela crítica de Thompson ao marxismo “formalista” dos althusserianos e de parte da Nova Esquerda inglesa.

O essencial é que na transição para os anos 1980 se atrelaram as mudanças que ocorriam e as possibilidades de melhoria da sociedade brasileira a uma necessidade de se estabelecer outras *práticas historiográficas*, distintas daquelas predominantes na década de 1960/1970. Por isso, procurei demonstrar os efeitos desse outro *lugar* não só nas falas dos historiadores ao lembrarem o período, mas também na repercussão em suas pesquisas, por exemplo comparando o estudo de Sidney Chalhoub com o de Jacob Gorender a respeito da escravidão, as críticas feitas por Rago, Campos e muitos outros historiadores ao pouco interesse da produção historiográfica anterior em compreender o pensamento e a ação anarquista na Primeira República, preferindo assinalar suas fraquezas políticas, e, sobretudo, nos debates sobre a “Revolução de 30” e eventos mais recentes de nossa história.

Além desses aspectos mais gerais em relação ao *lugar* da *operação historiográfica* (aspectos políticos e culturais da sociedade brasileira), encontramos questões mais específicas; isto é, que dizem respeito à história-instituição. Imbricados a essas transformações mais gerais do *lugar*, o

crescimento e a normatização dos cursos de pós-graduação em História, a partir de meados da década de 1970, favoreceram duas transformações correlatas nos procedimentos da disciplina: a generalização do uso intensivo de diversos tipos de fontes e o desbloqueio do campo de referências.

Muito antes dos anos 1980, já ocorria o uso intensivo de fontes entre muitos “historiadores de ofício”, muitas vezes em detrimento da reflexão teórica ou epistemológica. Porém, nas pesquisas históricas empreendidas por intelectuais de outra formação preponderava – no lugar do uso intensivo de fontes – o rigor teórico, a explicação pela *lógica formal* ou, como foi dito pejorativamente, o “ensaísmo”. É preciso notar, por exemplo, que os historiadores dos anos 1980, que pesquisaram a escravidão e o trabalho assalariado no Brasil por meio de muitas e variadas fontes, criticaram principalmente os estudos de sociólogos e cientistas políticos pelo excesso de “ensaísmo”. De qualquer forma, os cursos de pós-graduação, por meio da normatização da produção, generalizaram as pesquisas históricas intensamente fundamentas em fontes. Isso favoreceu, por exemplo, o uso dos processos judiciais até então visto com desconfiança por alguns intelectuais, já que esse tipo de fonte seria demasiadamente carregado de “ideologia”.

Nos anos 1980, a preocupação em evitar o “ensaísmo” conduziu alguns historiadores a “diluírem” a discussão teórica ao longo do texto, retirarem os prolegômenos e substituir (quase) completamente a explicação pela *lógica formal*, por uma narrativa “cerrada entre as fontes”. Daí, historiadores como Ciro Cardoso e Emília Viotti – críticos do “ensaísmo” nos anos 1960/1970 – passaram a criticar a produção dos 1980 por ser “empirista”. Essa alcunha de empirista não se explica apenas pelo uso intensivo de fontes, afinal esses críticos também empreenderam vastas pesquisas documentais para desenvolver seus textos; explica-se principalmente pela alteração nos procedimentos teórico-metodológicos.

Entre as décadas de 1950 e 1970, o marxismo nas suas vertentes mais *formalistas* (leninista e althusseriana) emergiu como um referencial teórico-metodológico obrigatório para os intelectuais brasileiros, inclusive para os historiadores. Esse foi combinado com outras referências, como a história serial quantitativa, o estruturalismo braudeliano e

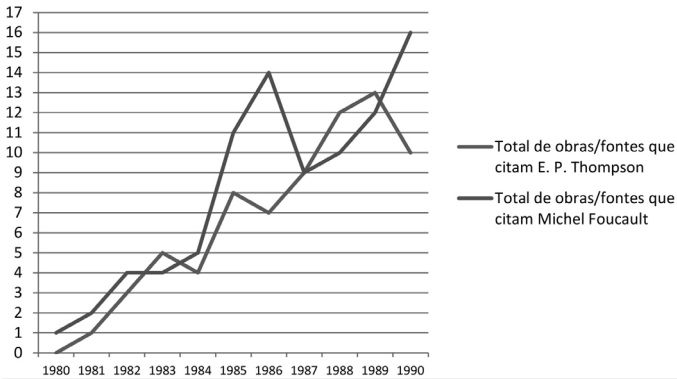
alguns elementos da sociologia de Émile Durkheim e de Max Weber. Todos os procedimentos oriundos dessa combinação eram organizados para de alguma forma adotar o socioeconômico com fundamento (base, infraestrutura etc.) e para propor a construção de um modelo formal de explicação histórica. A ampliação e consolidação das instituições de produção historiográfica produziram um gradativo desbloqueio desse campo de referência ao longo dos anos 1980, permitindo um afastamento do “marxismo formalista” (análise de dados objetivos, definição de categorias e suas relações, quantificação, descrição de estruturas, escrita predominantemente lógico formal etc.) e, no final da década de 1980, uma tímida rejeição do socioeconômico como fundamento. Faz parte desse processo a utilização de outras referências teórico-metodológicas como Gramsci, Benjamin, Thompson, Ginzburg, Chartier, Foucault, entre outros intelectuais associados ao “materialismo histórico e cultural” e a História Cultural.

Sobre os meios materiais de *apropriação* dos pensamentos de Thompson e de Foucault, discutidos no Capítulo 4, por um lado, verificamos que desde o final da década de 1960 existiu uma grande “presença” do filósofo francês no Brasil (pessoalmente com conferências ou por meio da tradução e publicação de seus textos). Por outro lado, a “presença” de Thompson era sofrível até final da década de 1980, seus textos eram divulgados por meio de “fotocópias apagadas” e em outras línguas. A partir de uma análise quantitativa das obras/fontes constatei que essa diferença de “presenças” se manifestou no volume de citações. Como podemos verificar no Gráfico 3 o número de monografias pesquisadas que referenciaram na bibliografia algum texto do filósofo francês é superior ao número de monografias que referenciaram o historiador inglês ao longo de quase todo o período (1980-1990), com diferenças significativas em 1985, 1986 e 1990.

Apesar dos números, na discussão qualitativa das *falas* da época e das obras/fontes a preferência por Thompson foi evidente. Pois, a utilização do historiador inglês implicou uma adesão profunda a sua concepção teórico-metodológica, enquanto o uso de Foucault foi em geral pontual, sendo muito rara a adesão total a sua perspectiva teórico-metodológica. Sem dúvida, Thompson, por se manter no horizonte

do marxismo, era mais palatável que o “excêntrico” Foucault para os historiadores brasileiros da época. Mesmo com a dificuldade de acesso aos seus textos, o historiador inglês manteve um número de citações próximo aos do filósofo francês, inclusive superando este em 1988 e 1989, momento da publicação no Brasil de *A formação da classe operária inglesa* e *Senhores e caçadores*.

Gráfico 3 – Obras/fontes que referenciam E. P. Thompson e Michel Foucault

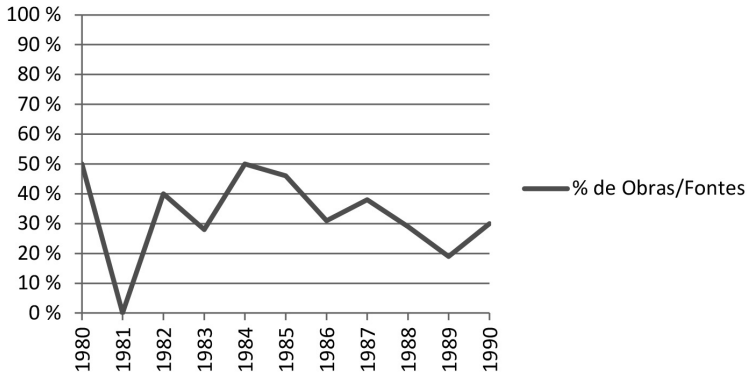


Fonte: Elaborado pelo autor.

Apresentei e discuti também várias *falas* que desde a década de 1980 tentaram dar direção à *apropriação* de Thompson e de Foucault, ou seja, textos sistematizados ou entrevistas que procuraram afirmar a validade e o modo adequado de utilizar o pensamento desses intelectuais. Verifiquei que até meados da década de 1980, as poucas *falas* sobre o tema eram favoráveis ao arejamento dos referenciais e estavam pouco preocupadas em distanciar o pensamento dos dois intelectuais. Ao contrário, a partir da segunda metade da década de 1980, surgem duras críticas a Thompson e, principalmente, a Foucault, bem como a necessidade de distinguir e separar a utilização do pensamento desses intelectuais, postura adotada inclusive por historiadores que anteriormente haviam operado o *uso simultâneo*. Esse movimento da crítica é, ao mesmo tempo, uma leitura do que ocorria nas monografias e uma

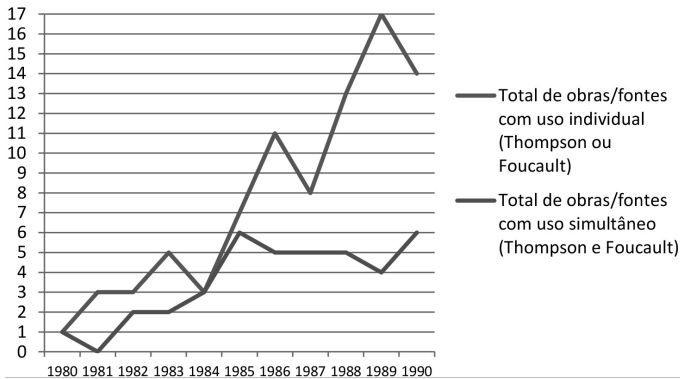
forma de dar-lhes direção (Capítulo 4). Em relação ao efeito desse movimento crítico na produção historiográfica, é preciso dois tipos de análise, quantitativa e qualitativa.

Gráfico 4 – Percentual relativo de obras/fontes com uso simultâneo



Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 5 – Total de obras/fontes com uso individual e simultâneo



Fonte: Elaborado pelo autor.

O Gráfico 4 demonstra o percentual relativo de obras/fontes que utilizaram simultaneamente textos de Thompson e de Foucault ao longo dos anos 1980 – ou seja, total de obras/fontes de cada período por

estudos com uso simultâneo em cada período. O Gráfico 5 demonstra o valor absoluto de obras/fontes que utilizam Thompson e Foucault simultaneamente (linha cinza) e individualmente (linha preta). A partir desses gráficos podemos perceber que existiu um aumento constante (não uniforme) no número de pesquisas com uso individual, enquanto o aumento constante de obras/fontes que utilizaram simultaneamente esses intelectuais se estabiliza a partir de 1985; portanto, apresentando uma queda (não uniforme, porém constante) em seu valor relativo. Além disso, por meio da discussão das obras/fontes, verificamos que é a partir de 1985 que surgem alguns estudos com a intenção – implícita ou explícita – de utilizar com mais vigor e/ou exclusivamente o pensamento de Foucault, independentemente se são bem-sucedidos ou não no empreendimento. Entendo que esses resultados se relacionam com a já referida crítica ao uso simultâneo, ou seja, as *falas* que procuraram direcionar a *apropriação* surtiram algum efeito: em princípio incentivando o “palimpsesto” nas pesquisas historiográficas como defendia Edgar de Decca, e, posteriormente, evitando as “mixórdias” como apelidou Ciro Cardoso, favorecendo a instituição das “igrejinhas” como destacou Chalhoub e a reorganização institucional como ocorreu com as áreas de concentração na Unicamp no início da década de 1990.

Nas discussões mais específicas sobre a *apropriação* do pensamento de Thompson e de Foucault parti do pressuposto de que uma *operação historiográfica* é uma composição de diversas *práticas* que podem se combinar de diferentes maneiras. Assim, foi possível destacarmos na Primeira Parte deste livro alguns pontos de *aproximação*, *complementação* e *diferenciação* entre os pensamentos de Thompson e de Foucault. Esses intelectuais se *aproximam* ao refutarem o “determinismo econômico” e os modelos estruturais, formalistas e/ou abstratos de explicação histórica, partilham das noções de história como *luta* (ou *jogo*) e de *poder como relação* (ou *exercício*). Isso implica explicar o movimento histórico pelo acaso dos confrontos, não por uma Lei de movimento, pela *lógica formal*, bem como se preocupam menos em saber “realmente” o que *é* e *quem* detém o poder e se preocupam mais com os diferentes mecanismos, táticas e estratégias presentes em uma relação de poder, ou seja, a questão é *como* funciona o poder?

Apesar de Foucault recusar procedimentos hermenêuticos, existe a possibilidade de uma *complementação* entre a arquiogenealogia foucaultiana e o método “hermenêutico” thompsoniano. O primeiro descreveria as *práticas* (discursivas e não discursivas) que constituíram determinados dispositivos ao longo da história. O segundo, as *práticas* que corroíam, desvirtuavam, vampirizavam esses dispositivos. Enfim, existe uma *diferença* irreconciliável entre eles: A *história total* de Thompson, atravessada por um *sentido profundo* ou nexos explicativo (*luta de classes*), centrada do sujeito que é um *duplo* (*ser social e consciência social*). E a *história geral* de Foucault que rejeita qualquer “sentido profundo” da história, centrada na descrição das *práticas* e que recusa a explicação dessas pelo sujeito.

Aquelas possibilidades de combinação entre os pensamentos do historiador inglês e do filósofo francês dizem respeito apenas aos procedimentos teórico-metodológicos. Entendo que é possível outra forma de *apropriação* de um texto, a saber: uma utilização de seu *conteúdo* que consiste basicamente em retomá-lo como fonte secundária para introduzir uma informação ou argumento, propor um objeto ou temática de estudo e, ainda, como modelo hipotético a ser testado por meio de outra concepção teórico-metodológica. Vejamos alguns últimos exemplos sobre esse uso.

Ao analisar um tabloide jacobino da Primeira República, Maria Alice Rezende de Carvalho discute a noção de cidade ali presente e retoma um argumento de Foucault sobre a cidade como “encruzilhada de misturas perigosas” e explica:

A expressão destina-se a caracterizar o porto militar de Rochefort, na França onde se observaria um “...circuito de mercadorias, de homens alistados por bem ou à força, de marinheiros embarcando e desembarcando, de doenças e epidemias, de deserções, de contrabando, de contágios...”. (Carvalho, 1983, p.80)

Ora, essa passagem não implica uma adesão à arquiogenealogia, expressa o uso de um argumento sobre a cidade e de uma informação sobre a França para caracterizar a noção trabalhada pela autora. De

outra forma, Foucault aparece também como instigador dos estudos sobre as instituições de saber-poder (hospícios, assistência social, Exército etc.). Porém, como vimos no Capítulo 5, a maioria dos estudos brasileiros sobre o tema até a década de 1980 não adere à concepção teórico-metodológica do filósofo francês. Ainda, vimos que a hipótese do *disciplinamento* como elemento necessário ao desenvolvimento do capitalismo está presente em Thompson, em Foucault e em diversos estudos de historiadores brasileiros sobre o desenvolvimento do capitalismo e o processo de trabalho (escravo ou assalariado), mas nesses estudos existiu uma diversidade de procedimentos teórico-metodológicos adotados e conclusões às vezes divergentes.

Esses recortes e classificações que fizemos com os pensamentos de Thompson e de Foucault forneceram uma grade de leitura para as obras/fontes, definindo com maior clareza as “possibilidades de utilização” dos muitos conceitos, métodos de análise documental, formas de escrita, postura ético-política, argumentos, conteúdos dos textos etc. A partir disso a discussão das obras/fontes nos levou às seguintes conclusões.

Na temática da escravidão e trabalho livre no período da Colônia até a República (Capítulo 5), verifiquei o surgimento nos anos 1960/1970 de uma historiografia contrária às análises de Gilberto Freyre – por serem consideradas apologias da escravidão – e próxima ao marxismo empreendido por Caio Prado Junior. Essa historiografia foi predominantemente *formalista*, ou seja, procurou constituir/definir categorias (forças produtivas, relações de produção, estrutura socioeconômica, classe senhorial, burguesia industrial etc.) e as relações lógicas entre essas (desenvolvimento das estruturas econômicas, crises comerciais, amadurecimento da burguesia industrial, conflito político devido aos interesses antagonísticos de classe etc.). Era do tipo “político-jurídica”, ou seja, se posicionava fora da sociedade e julgava as práticas que estudava a partir de pressupostos universais/justos, própria de uma postura *vanguardista*. E utilizava predominantemente de uma *escrita lógico-formal* combinada com uma *narrativa sintética*.

Por volta de 1980, emerge uma historiografia preocupada em compreender as relações cotidianas, resgatar e valorizar o pensamento e as ações dos dominados. Essa historiografia se constituiu também

a partir da *apropriação* das noções de *luta de classes* e *história vista de baixo* de Thompson. Nela não predomina a preocupação em constituir categorias, mas sim em narrar as lutas cotidianas, descrever as estratégias empreendidas por diferentes agentes sociais e o significado dessas atitudes para esses agentes; enfim, deixou de “julgar” e passou a “resgatar”. Do pensamento de Foucault são utilizados alguns elementos da noção de *microfísica do poder*, especificamente a ideia de *poder como relação e história como luta*. Porém, os textos do filósofo servem principalmente como fonte secundária e como modelo hipotético para explicar as formas de dominação empreendidas no Brasil. Em suma, é principalmente uma *apropriação* de “conteúdo”, não de concepção teórico-metodológica. Uma importante exceção é o trabalho de Sílvia Hunold Lara (*Campos de violência* de 1985), em que, na primeira parte, vemos uma análise do saber-poder constituída em torno das *práticas* (discursivas e não discursivas) de punição dos escravos, sem dúvida muito próxima da arquiogenealogia; entretanto, na segunda parte do texto, a autora retoma as *práticas* thompsonianas em razão dos “limites” que ela observou nos procedimentos foucaultianos.

Em linhas gerais, essas características são observadas em outros dois eixos temáticos. Primeiro, do conflito social na Primeira República, em que os anarquistas deixam de ser inconscientes e se tornam libertários ainda que derrotados, bem como as determinações econômicas e a repressão física perdem capacidade explicativa, perante a descrição e análise das técnicas de controle do operariado. Segundo eixo, da relação entre Estado e população a partir de 1930, em que o Estado deixa de ser demiurgo e o populismo deixa de ser uma forma de classificação e se torna a denominação de uma forma de dominação. Daí emergem os estudos das estratégias de repressão/cooptação dos dominantes e de resistência/concessão dos dominados.

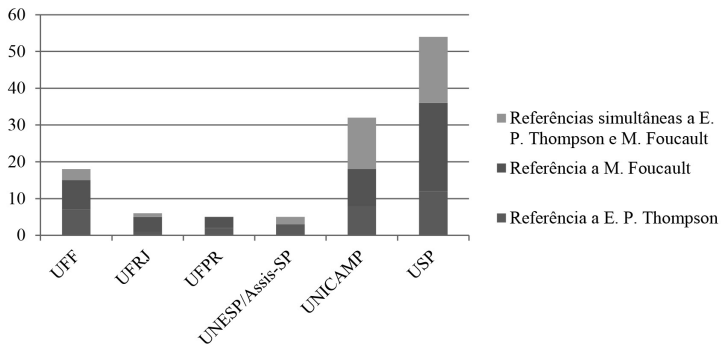
No último eixo temático aqui discutido, organizamos uma variedade de temas como cultura, gênero, sexualidade, instituições de saber-poder etc. que estavam ausentes ou foram abordados apenas lateralmente na historiografia dos anos 1960/1970. Em primeiro lugar, parte desses temas tem grande afinidade com o pensamento de Foucault e por isso recorrem com frequência aos textos do filósofo. Porém,

com raras exceções, não ocorreu uma adesão total à arquiogenealogia, predominando uma História Social da cultura, das instituições, da ideologia etc. que retoma com maior vigor o pensamento marxista de Thompson, o antiquário-indiciário de Carlo Ginzburg e/ou a história das mentalidades de Jacques Le Goff, Jean Delumeau etc.

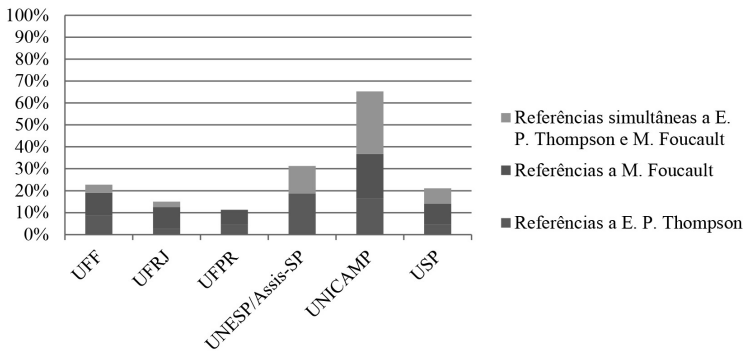
Ainda, neste último eixo temático, é preciso destacar os “estudos de gênero” produzidos no Brasil entre 1980 e 1990. Acredito que nesses estudos ocorreu um deslocamento da noção de *luta de classes* para *luta de gênero* (esta aparece em alguns momentos como subordinada àquela e em outros momentos como mais fundamental). Procuramos demonstrar que no Brasil as diversificadas *apropriações* dos pensamentos de Thompson e de Foucault favoreceram a abertura desse campo de estudo; contudo, no pensamento desses autores estão presentes elementos que desarticulam o próprio campo de “estudos de gênero”. Por um lado, em Thompson as culturas e lutas de gênero são mais uma expressão da *luta de classes*, então não pode ser percebida como mais fundamental. E, por outro lado, em Foucault a noção de “gênero” – que atualmente depende muito de princípios formulados em seu pensamento – pode ser vista como um dispositivo. Nesse sentido, a partir do pensamento de Foucault poderia ser elaborado um estudo do “dispositivo de gênero”, como uma crítica aos “estudos de gênero” já que esses participam desse dispositivo. A historiografia brasileira dos anos 1980 sobre “gênero” evitou essas questões e, talvez, ainda hoje evite apesar de reivindicar constantemente o pensamento foucaultiano como seu fundamento.

Foi possível verificar também algumas relações entre a forma da *apropriação* e a vinculação institucional, refutando alguns teses sobre a historiografia brasileira. Os Gráficos 6 e 7 apresentam dados quantitativos que nos ajudam nessa discussão, demonstram que a Unicamp não é a única instituição promotora da *apropriação* dos pensamentos de Thompson e de Foucault, nem de seu *uso simultâneo*. A USP, considerada como uma instituição avessa à inovação e principalmente ao pensamento do filósofo francês, apresentou um número significativamente maior de monografias que referenciam Thompson e/ou Foucault. Porém, o valor relativo demonstra que a penetração dos pensamentos desses intelectuais foi muito maior na Unicamp.

Gráfico 6 – Número absoluto de obras/fontes por instituição e tipo de referência



Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 7 – Valor relativo de obras/fontes por instituição e tipo de referência¹

Fonte: Elaborado pelo autor.

¹ Os valores relativos deste gráfico foram obtidos a partir do número total de monografias pesquisadas no banco de teses de cada instituição, os valores totais são: UFF: 79, UFRJ: 40, UFPR: 44, Unesp/Assis-SP: 16, Unicamp: 49, USP: 256. É importante notar que esse total não coincide com o total indicado por catálogos e levantamentos bibliográficos, isso ocorreu porque que consideramos apenas as monografias que conseguimos encontrar e analisar em sua integridade. Foram descartadas as monografias ilegíveis, incompletas, com data fora da delimitação cronológica e, evidentemente, aquelas não localizadas.

Ainda, ao compararmos esses dados com a discussão qualitativa das obras/fontes podemos afirmar que na Unicamp e na Unesp/Assis-SP existiu uma maior preocupação com a “história vista de baixo”, em resgatar a luta, as práticas e as formas de pensar dos dominados, em detrimento de uma “história vista de cima” focada no estudo dos mecanismos, discursos e instituições de dominação ou controle social, enquanto na UFF, na UFRJ, na UFPR e na USP existiu um equilíbrio maior entre essas duas “lentes” de análise historiográfica.

Podemos, portanto, afirmar, parafraseando Michel de Certeau, que a Unicamp é, no início da década de 1980, o local de institucionalização da doutrina da *história como luta vista de baixo* com uso simultâneo de Thompson e de Foucault. Todavia, a utilização desses autores – simultaneamente ou não – está disseminada em diversas universidades. Além disso, a partir de meados da década de 1980, a institucionalização daquela doutrina é abalada pelos já referidos confrontos institucionais e crítica epistemológica ao *uso simultâneo* do historiador inglês com o filósofo francês.

Em suma, nossas discussões e análises sobre a *apropriação* dos pensamentos de Thompson e de Foucault demonstram que o *uso* deste último pelos historiadores brasileiros da década de 1980 serviu principalmente para agregar “conteúdos”, raramente ocorreu uma adesão total a sua concepção teórico-metodológica. Foi a *apropriação* da concepção teórico-metodológica de Thompson – ao lado de Gramsci, Benjamin, Ginzburg e, em menor grau, da terceira geração dos *Annales* – uma das grandes responsáveis pelas transformações teórico-metodológicas ocorridas nos eixos temáticos estudados. Em suma, a historiografia dos anos 1980 deixou de *formalizar e julgar por critérios universais* para *interpretar, resgatar e valorizar*, devido a outra postura ético-política do intelectual (agora *militante de base*) articulada a outras *práticas historiográficas*.

Nessa perspectiva, o que ocorreu na produção historiográfica brasileira dos anos 1980 são transformações, combinações e enfrentamentos entre *práticas historiográficas* diversas, as *apropriações* de Thompson e de Foucault participaram desse processo. Foi um momento significativo da história da historiografia brasileira em que o crescimento e a

profissionalização da história-instituição produziram seus primeiros frutos, dando forma à multiplicidade da *operação historiográfica* brasileira da atualidade.

Nem todos os historiadores, porém, entenderam dessa forma. Já nos anos 1980 surgiram diagnósticos sobre a produção historiográfica daquela década que podem ser organizados em dois grupos de discurso. Por um lado, aqueles que afirmam que os anos 1980 foram o momento de gênese, no Brasil, da “crise” que assola a historiografia mundialmente, caracterizada pela fragmentação da história, pelo apoliticismo e pelo empirismo que trouxeram um grande prejuízo ao conhecimento histórico. E, por outro lado, encontramos discursos que afirmam aquele momento como de gênese da “renovação” da historiografia, rompendo com o “ensaísmo”, os esquematismos, afirmando a liberdade e resgatando as vozes silenciadas pela historiografia autoritária; enfim, a história-disciplina se encontrava com a verdade histórica. Em ambos os discursos os pensamentos de Thompson e de Foucault aparecem como componentes no processo de “crise” ou de “renovação”.² Vejamos com mais demora alguns desses argumentos.

Parafraseando Pedro Caldas (2002), a noção de fragmentação está envolta em brumas: nunca se definiu o que esse termo significa ou implica, há uma multiplicidade de usos e não existe um mínimo de consenso. Mais ou menos como procurou fazer Caldas, a partir dessa multiplicidade tentaremos circunscrever três tipos de fragmentação que se correlacionam. Primeira, a *fragmentação da história-disciplina* que teria se aprofundado durante o século XX, resultado do surgimento de um maior número de objetos e concepções teórico-metodológicas empregadas e implicando uma maior especialização do campo (ilhas de conhecimento com pouco ou nenhum contato). Esse tipo de fragmentação é facilmente constatável, um exemplo simples é que a

2 Discutimos esses diagnósticos ao longo de todo o texto, sobretudo na introdução e em subitem do Capítulo 4. Alguns nomes significativos nesse debate são Astor Antônio Diehl, Emilia Viotti da Costa, Jurandir Malerba, Ciro Flamarion Carodoso, Edgar Salvadori de Decca, Maria Odila Silva Dias, Durval Muniz de Albuquerque Junior e Luzia Margareth Rago.

História Demográfica empreendida por Cecília Westphalen não possui os mesmos objetos ou emprega os mesmos métodos da História Social da Cultura de Chalhoub. Entretanto, a questão é até que ponto isso pode significar um problema? Para Caldas essa é uma característica ontológica da história-disciplina, exatamente por essa possuir inúmeros objetos (tudo que ocorreu no passado) e, portanto, requer variados métodos. Podemos radicalizar e afirmar que essa é uma característica ontológica da ciência, já que a disciplina que podemos considerar mais “dura” (científica, exata etc.) da atualidade apresenta problema semelhante: os físicos procuram há meio século unificar a mecânica quântica, que trata com métodos e modelos teóricos próprios as forças eletromagnética, forte e fraca, e a relatividade geral, que utiliza outros métodos e modelos teóricos para tratar a força gravitacional. Nem por um momento essa disciplina deixou de produzir conhecimento e efeitos na “realidade”; o mesmo pode ser dito da “história-disciplina fragmentada”. Em suma, esse tipo de fragmentação é sem dúvida constatável, no caso do Brasil não foram as *apropriações* dos pensamentos de Thompson e de Foucault que a produziram ou a solucionaram. Uma de suas condições de possibilidade foi a ampliação dos programas de pós-graduação e, enfim, não é um problema já que não impede a produção de conhecimento e de ação. Impor tal problema à história-disciplina é considerá-la “Filosofia”, fazê-la dizer uma verdade que possa valer para tudo e para todos os tempos.

O segundo tipo é o que podemos denominar *fragmentação espacial*. O discurso da “crise” afirma que a produção historiográfica tem tido cada vez menos interesse em estabelecer vínculos entre o macro e o micro, o regular e o singular, entre a história de uma região e a história mundial, entre os aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais etc.; enfim, entre os múltiplos espaços e aspectos que um momento histórico contém. Para confirmar essa proposição em um nível global seria preciso um longo e difícil estudo, o que podemos dizer agora é que diversos intelectuais discutidos neste livro consideraram esse tipo de fragmentação um problema – nós não consideramos – e procuraram resolvê-lo. Vimos, por exemplo, que Althusser, preocupado em esclarecer os vínculos entre as múltiplas instâncias, utilizou de um método

analítico exposto em uma linguagem formalizada para estabelecer o seguinte modelo teórico a partir da qual podemos compreender as formações sociais, a saber: *o modo de produção é uma estrutura total articulada com dominante e determinação econômica em última instância e sobredeterminada*. Thompson, igualmente preocupado com a questão e recusando a solução de Althusser, empregou um método hermenêutico e uma linguagem predominantemente *narrativa sincrônica* para demonstrar o *sentido profundo* que perpassa todas as atividades humanas, a saber: *a luta de classes*. Foucault, por sua vez, recusou a unificação tanto pelo *modelo formal* quanto pelo *sentido profundo*, admitiu que em cada momento histórico uma *série de práticas* estabelece *relações específicas* com outras *séries*, bem como seria possível descrever essas *séries* e suas *relações*. Esse seria o empreendimento de uma História Geral, uma história quase infinita e, por isso, alguns intelectuais consideram que o pensamento do filósofo francês implica uma *fragmentação espacial da história*.³ De qualquer modo, a grande parte da produção historiográfica brasileira dos anos 1980, que se *apropriou* dos pensamentos de Thompson e/ou de Foucault, manteve a unificação pelo *sentido profundo da luta de classes*, a totalização pelo social ou pelo modelo teórico. Portanto, mesmo admitindo que essa fragmentação pudesse estabelecer uma “crise” – o que não admitimos – é difícil considerar a referida *apropriação* como princípio de uma “crise por fragmentação espacial”.

Finalmente, o terceiro tipo pode ser denominado *fragmentação temporal*. É semelhante à anterior, mas diz respeito à recusa da noção de processo histórico, lei causal, regularidade temporal; enfim, inexistência de explicação linear da sucessão temporal da história. Da mesma forma que ocorreu com a *fragmentação espacial*, os althusserianos procuraram responder com *os modelos geral e particular de transição dos modos de produção*, Thompson com a *luta de classes* e Foucault recusou a linearidade, admitindo a descontinuidade ou *dispersão temporal das séries*. Na produção historiográfica brasileira que estudamos predominou, novamente, o *sentido profundo* ou o *modelo teórico*.

3 Sobre essa discussão, ver Reis (2006, p.67-96).

Mesmo, portanto, admitindo que qualquer tipo de fragmentação é um problema, não é possível admitir que as *apropriações* do pensamento de Thompson e ou de Foucault nos anos 1980 tenha causado esse “problema”, inaugurando uma “crise”. Uma vez que nessa produção, em geral, se mantém o *nexo profundo da luta de classes* ou, pelo menos, a totalização pelo social. Um ou outro estabelece o sentido geral das formas de agir e de pensar, bem como dos inúmeros significados que daí possam emergir.

A noção de *apoliticismo* que também faz parte do discurso da “crise” diz respeito ao rompimento da relação entre a produção historiográfica e a problematização da gestão social na atualidade. Esse processo é correlato ao que se denominou “recuo para a academia”, ou seja, a retirada dos historiadores do cenário e dos embates públicos para a “privacidade” da discussão exclusiva com seus pares. Muitas das vertentes de pensamento intelectual que surgiram após a “crise do marxismo real”, a partir de meados dos anos 1950, são caracterizadas como concepções teórico-metodológicas *apolíticas*.

No caso de Thompson, nada está mais distante da verdade; como vimos, antes mesmo de se tornar um historiador já era um militante político contra o fascismo, o stalinismo, o armamentismo etc. Foi aliás criticado por Kołakowski por seus exageros partidários. Além disso, seus estudos históricos foram sempre orientados para uma crítica política. Perry Anderson sintetizou muito bem isso:

Sua história tem sido desde o início a mais abertamente política de toda a sua geração. Em cada uma das grandes obras que escreveu e também em quase todas às menores, terminou com uma reflexão manifesta e direta sobre sua lição para os socialistas do nosso tempo. *William Morris* fecha com uma discussão sobre o “realismo moral”. *The making of the English working class* recorda nossa dívida para com a “Árvore da Liberdade”, plantada pelo primeiro proletariado inglês; *Whigs e hunters* termina com uma valorização geral do “Estado de Direito”; um ensaio como “Time, work-discipline and industrial capitalism” especula com a possibilidade de um síntese entre “antigos e novos sentidos de tempo” em uma futura sociedade comunista que havia superado “o problema do ócio”. Todos

estes textos foram, a sua maneira, tanto uma intervenção militante no presente, como uma recuperação profissional do passado.⁴

No caso de Foucault, o debate é mais acalorado, já que o filósofo francês já foi classificado como apolítico, radical extremo, reacionário, conservador, entre outros títulos contraditórios entre si e que pouco contribuíram para o esclarecimento dos efeitos políticos de seus estudos e atitudes. Inicialmente, frustrado pelas políticas do Partido Comunista e por preocupação com a consolidação de sua carreira intelectual, Foucault não foi um militante político ativo. A partir do final da década de 1960, com certa abertura política (ou despolarização gradativa) do cenário mundial, sua experiência com a revolta estudantil na Tunísia e com sua eleição para o Collège de France tornou-o cada vez mais uma importante figura política no cenário mundial. A imbricação entre seus estudos e sua ação política foi esclarecida pelo próprio Foucault, por exemplo, ao definir seus estudos como uma *ontologia histórica de nós mesmos* que, mais do que resgatar o passado, têm a função de diagnosticar as condições concretas do presente, para propor a forma de ultrapassagem possível e desejável. Essa imbricação pode ser sintetizada pela fala de Judith Revel (2004, p.84-5):

Podemos tirar duas conclusões de tudo isso. A primeira refere-se ao próprio movimento do pensamento de Foucault. Enquanto, em um filósofo como Deleuze, a elaboração teórica de conceitos exige ser aplicada ao real – o conceito de diferença precede sua eventual utilização prática –,

4 “Su historia ha sido desde el primer momento la más abiertamente política de todas las de su generación. Cada una de las obras mayores que ha escrito, y casi también cada una de las menores, concluye con una reflexión directa y manifiesta sobre su lección para los socialistas de nuestro tiempo. William Morris se cierra con una discusión sobre el ‘realismo moral’; The making of the English working class recuerda nuestra deuda para con el ‘árbol de la libertad’ plantado por el primer proletariado inglés; Whigs an hunters termina con una valoración general del ‘imperio de la ley’; un ensayo como ‘Time, work-discipline and industrial capitalism’ especula con la posibilidad de una síntesis de ‘viejos y nuevos sentidos del tiempo’ en una futura sociedad comunista que haya superado ‘el problema del ocio’. Todos estos textos han sido, a su manera, tanto una intervención militante en el presente como una recuperación profesional del pasado” (Anderson, 1985, p.1-2).

em Foucault, são a prática e o engajamento na atualidade que geram, ao mesmo tempo, a problematização filosófica e o instrumental conceitual que decorre disso. [...] A segunda tem um alcance indubitavelmente maior: cada reformulação teórica, isto é, cada nova problematização está fundamentalmente ligada, em Foucault, a uma prática, quer dizer, a um engajamento na atualidade.

É, portanto, um equívoco classificar os pensamentos de Thompson e de Foucault como *apolíticos*. Essa classificação só é possível a partir de uma noção de política muito restrita, como a de uma doutrina institucionalizada em sindicato ou Partido. Esses pensamentos, quando *apropriados* pela produção historiográfica brasileira dos anos 1980, serviram exatamente para operar um deslocamento para uma noção de política mais fluída e cotidiana. Além disso, acredito ter demonstrado que nem mesmo os estudos considerados “perfumarias” deixaram de ser “alinhavados” por um feixe ético-político. Foram os problemas da sociedade da década de 1980 que impulsionaram a pesquisa histórica que, por sua vez, explicou os anos 1980 e projetou o futuro, estabelecendo críticas e propondo outras formas de gestão da sociedade. Nesse sentido, o que aquela *apropriação* favoreceu foi, novamente, apenas um deslocamento: do *intelectual vanguardista* para o *militante de base*.

Agora, o que dizer sobre o “excesso de empirismo” ocorrido a partir dos anos 1980, segundo o discurso da “crise”? E o que dizer de seu correlato, o “excesso de ensaísmo” ou “abstração dos sujeitos” presentes na produção pré-1980, afirmado pelo discurso da “renovação”? Busquei demonstrar que o processo de crescimento e normatização das instituições de produção historiográfica, ocorrido a partir da década de 1970, procurou generalizar o rigor metodológico e a ampla fundamentação em fontes, virtudes historiográficas presentes há mais de um século entre uma parte significativa dos “historiadores de ofício” no Brasil. Nos anos 1980, esse processo não levou a uma revolução documental, somente à incorporação de alguns tipos de fontes desconsideradas ou subutilizadas, como os processos judiciais, os relatos biográficos, a história oral, as imagens etc., e, ao mesmo tempo, a recusa na utilização de *modelos formais* de explicação histórica.

Podemos dizer, então, que o que se considerava “ensaísmo” era a utilização de um método analítico para, a partir das fontes, construir *modelos formais* de explicação histórica, como aqueles utilizados por Emilia Viotti da Costa, Jacob Gorender, Boris Fausto etc., e o que se denominou empirismo foi a utilização de um método hermenêutico ou mesmo genealógico, uma maior preocupação em descrever as práticas e formas de pensar, bem como narrar o cotidiano do passado presentes nas fontes, como fez Margareth Rago, Sidney Chalhoub, Silvia Lara etc. Em suma, o que ocorreu foi uma variação nas *práticas historiográficas* empregadas, e a *apropriação* dos pensamentos de Thompson e de Foucault favoreceu a constituição de outro “olhar” sobre as fontes. Para a geração dos anos 1960/1970 essa variação instituiu uma “crise”, para a geração dos anos 1980 uma “renovação” que finalmente conduziu a história-disciplina ao que “realmente importa”. Contudo, no final da década de 1980 outras variações surgiram, como a desvinculação de Thompson e Foucault, o emprego efetivo da Nova História Cultural, da “filosofia diferencial” de Deleuze etc.

A questão é que tanto o discurso da “crise” quanto o discurso da “renovação” procuram impor uma direção à produção historiográfica que, na prática cotidiana, é múltipla: vimos como as monografias operam por práticas historiográficas diversas, a hermenêutica complementou a arqueogenealogia, teses de Foucault foram testadas na realidade brasileira a partir do “materialismo histórico e cultural”, a noção de *poder como relação e história como luta* legitimou e fundamentou uma “história vista de baixo” etc.

Assim, os discursos da “crise” e da “renovação” participam de uma forma de “História da Historiografia” que parte do seguinte princípio: “estudos de historiografia supõem o julgamento da obra de História” (Janotti, 2003, p.119). Funcionam como dispositivos que estão sempre fadados a fracassar e recomeçar, se repetem a cada momento de transformação da *operação historiográfica*. São discursos estratégicos de organização da produção ou, ainda, mecanismos de classificação de determinadas *práticas historiográficas* como virtuosas ou viciadas. Dependendo de qual deles vence (da “crise” ou da “renovação”), a “charrete da historiografia” dos anos 1980 terá perdido ou não o

“condutor”. Dependendo do discurso vencedor, as *apropriações* de Thompson e de Foucault são uma virtude ou um vício...

Na perspectiva de História da Historiografia presente neste livro, o problema a ser estudado são as transformações que correspondem à invenção, ao uso, ao desuso, a outras formas de uso das *práticas historiográficas*, como os modelos althusserianos, a serialização e quantificação, o método hermenêutico, a preocupação ou não com a fundamentação em uma grande quantidade de fontes, utilização de determinadas fontes etc. Retirei essa outra forma de “História da Historiografia” do pensamento de Paul Veyne e, principalmente, de Michel de Certeau, sua característica principal seria descrever as transformações históricas da história-disciplina-instituição. Ou seja, é o exame de seus procedimentos, conceitos, métodos, regras institucionais, formas de escrita e sua relação com a sociedade nos dois sentidos as formas como historicamente a sociedade oferece/impõe problemas para a *operação historiográfica* e os efeitos do *produto dessa operação* na sociedade.

A intenção desse tipo de análise, os efeitos que ela pretende ao descrever outras formas de *operação historiográfica* de diferentes épocas é abrir possibilidades. Nas palavras de Certeau:

Nós próprios constituímos o campo de experimentação e de elucidação dessas práticas intelectuais que funcionam como práticas de poder. Parece-me que, ao explicitá-las e ao ficarmos espantados perante elas, podemos convertê-las em surpresas que se tornam maneiras de “se desprender de si mesmo”, além de instaurarem o gesto, risonho e filosófico, de inventar maneiras de “pensar diferentemente”. (Certeau, 2011, p.129)

Ao longo deste livro procurei operar dessa forma, o leitor dirá se o esforço foi eficaz, se consegui escapar dos procedimentos que denunciei...